



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

***CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE
SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO CEARÁ E O INSTITUTO DE
ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL
– IESES (Processo Administrativo nº 8519921-
11.2017.8.06.0000)***

CT Nº 41/2017

Pelo presente Instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede à Avenida General Albuquerque Lima, sem número, Cambéba, em Fortaleza, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, **DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES**, e o **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL – IESES**, com sede na Região Metropolitana de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, sito à Avenida Presidente Kennedy, 1333 – Sala 405 – Campinas – São José (SC), inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.249.290/0001-74, neste ato representado por seu procurador, **PROFESSOR GILSON LUIZ LEAL DE MEIRELES**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 84.955 SSP/SC, CPF nº 002.269.209-68, doravante denominado **CONTRATADO**, firmam o presente contrato de prestação de serviços técnicos mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

1.1 Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pelo IESES, datada de 02/10/2017, que passa a ser parte integrante deste Contrato, como seu Anexo Único, e nas disposições do art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666, de 21.06.93, e suas alterações, por se tratar o **CONTRATADO** de instituição nacional, sem fins lucrativos, incumbida estatutariamente da realização de pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional, com amplo domínio no campo do conhecimento dos serviços que constituem o objeto deste Instrumento, conforme Processo Administrativo nº 8519921-11.2017.8.06.0000.

Cláusula Segunda – Do Objeto



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

2.1 O presente Contrato tem por objeto *a organização, o planejamento e a realização do Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registros pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará, com ingresso por provimento ou remoção, especialmente o processamento e o julgamento das provas, o fornecimento de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades referentes ao certame*, nos termos da proposta de prestação de serviços de auxílio operacional apresentada pelo CONTRATADO e aprovada pelo CONTRATANTE, datada de 02/10/2017, que faz parte deste Contrato, independentemente de sua transcrição.

Cláusula Terceira – Das Obrigações

3.1 São obrigações das partes aquelas expressamente previstas neste Contrato.

Parágrafo Primeiro – O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará se compromete a:

- a) Designar pessoas qualificadas para acompanhar as atividades do CONTRATADO, do início ao término do Concurso, a quem deverá ele se reportar quanto a informações, quesitos, entrega de materiais, etc.;
- b) Editar os atos administrativos referentes ao Concurso;
- c) Disponibilizar local para a realização da prova oral;
- d) Deferir ou não os pedidos dos candidatos para concorrer a vagas reservadas a pessoas portadoras de necessidades especiais, bem como a compatibilidade das funções de notário/registrator com a situação pessoal do candidato, a partir da convocação dos aprovados na prova escrita e prática;
- e) Decidir sobre os recursos interpostos pelos candidatos contra as decisões do CONTRATADO em relação aos pedidos de revisão por esses apresentados, nos termos do Edital;
- f) Receber e analisar a documentação dos candidatos relativa à inscrição definitiva no certame, realizando ou não sindicância sobre a vida pregressa desses e deferindo ou não os respectivos requerimentos;
- g) Homologar os resultados finais do Concurso;
- h) Expedir os atos de outorga da delegação;
- i) Aprovar o Relatório Final do Concurso, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua entrega.
- j) Providenciar as publicações dos atos referentes ao concurso no Diário da Justiça do Estado do Ceará;

Parágrafo Segundo – O CONTRATADO se compromete a:

- a) Realizar o concurso, garantindo a completa e efetiva consecução de seu objetivo, com observância da legislação e das normas que lhe são aplicáveis, especialmente as Resoluções do CNJ em matéria de concurso público para a outorga de Delegações de Notas e de Registro;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- b) Iniciar os serviços objeto do presente contrato, com a realização de reunião inicial no prazo de até 05 (cinco) dias após a data de publicação do extrato do contrato no Diário da Justiça;
- c) Receber as inscrições e respectivos valores;
- d) Deferir e indeferir as inscrições preliminares;
- e) Deferir e indeferir, preliminarmente, as inscrições para concorrer a vagas reservadas a pessoas portadoras de necessidades especiais;
- f) Deferir e indeferir os pedidos de condições especiais de prova;
- g) Emitir os documentos de confirmação de inscrições;
- h) Prestar auxílio operacional na elaboração, revisão, aplicação, julgamento e avaliação das provas;
- i) Prestar informações sobre o certame;
- j) Elaborar planejamento preliminar a ser submetido à apreciação do TJCE, discriminando e detalhando os procedimentos a serem adotados relativamente a:
- j.1) Elaboração e divulgação de editais;
 - j.2) Inscrições de candidatos, inclusive dos portadores de necessidades especiais;
 - j.3) Cadastramento dos candidatos;
 - j.4) Seleção dos profissionais que comporão a equipe de apoio à banca examinadora;
 - j.5) Critérios para elaboração de conteúdos e questões das provas;
 - j.6) Confecção dos cadernos de provas e folhas de resposta;
 - j.7) Reprodução do material;
 - j.8) Logística para aplicação das provas;
 - j.9) Locais de realização das provas;
 - j.10) Aplicação das provas;
 - j.11) Métodos de segurança a serem empregados para a elaboração e a aplicação das provas e para a identificação dos candidatos;
 - j.12) Treinamento dos profissionais envolvidos;
 - j.13) Avaliação das provas;
 - j.14) Divulgação dos resultados;
 - j.15) Encaminhamento de recursos;
 - j.16) Apreciação preliminar dos recursos; e
 - j.17) Serviços de informação e apoio aos candidatos.
- k) Elaborar, revisar, compor, imprimir e acondicionar as provas a serem aplicadas no concurso, assegurando o mais integral e absoluto sigilo de seu conteúdo e adotando processo interno suficiente para manter a segurança da inviolabilidade das questões, no qual o processo de recebimento dos arquivos digitais para impressão deverá obedecer rigoroso controle de inviolabilidade do seu conteúdo, de modo a impedir o êxito de qualquer tentativa de obtenção de acesso ou cópia, total ou parcial, do conteúdo das as questões.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- l) Providenciar pessoal para exercer a segurança na aplicação das provas objetivas de seleção e discursivas – escritas e práticas;
- m) Providenciar a locação de espaço físico, a organização, a logística e todas as demais operações concernentes à aplicação das provas objetivas de seleção e discursivas – escritas e práticas.
- n) Coordenar a aplicação da prova objetiva, discursiva, prática, oral e de títulos.
- o) Auxiliar a banca examinadora para avaliação da prova objetiva de seleção e discursiva – escrita e prática.
- p) Assegurar vista da prova, do gabarito e do cartão de resposta, por sistema informatizado, ao candidato que desejar recorrer.
- q) Receber, analisar e emitir parecer nos recursos administrativos interpostos por candidatos.
- r) Efetuar o processamento eletrônico e emitir listagens referentes à prova objetiva.
- s) Utilizar os próprios empregados na execução dos serviços contratados, podendo, de acordo com as necessidades, por sua exclusiva iniciativa e responsabilidade, utilizar terceiros nas atividades administrativa e financeira referentes ao certame.
- t) Entregar os resultados de todas as provas ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- u) Guardar em local apropriado as folhas de respostas, as folhas de frequência e as planilhas de todos os candidatos, além de exemplar das provas objetiva e subjetiva (discursiva e prática) aplicadas no concurso, pelo prazo mínimo de um ano.
- v) Executar direta e integralmente o objeto deste Contrato;
- w) Prestar contas da execução contratual ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- x) Comunicar aos candidatos os locais e horários de aplicação das provas objetiva de seleção, discursiva – escrita e prática, oral e de títulos;
- y) Imprimir e acondicionar as provas objetivas de seleção e discursiva – escrita e prática, a serem aplicadas;
- z) Coordenar a aplicação das provas objetivas de seleção e discursiva – escrita e prática, com estrita observância das deliberações da Comissão de Concurso.
- aa) Organizar e encaminhar as provas objetivas de seleção e discursiva – escrita e prática, após sua aplicação, para a Comissão de Concurso;
- ab) Submeter as prévias de todos os editais e comunicados referentes às etapas do concurso público à aprovação do CONTRATANTE;
- ac) Disponibilizar no endereço eletrônico, em link específico, todos os editais e comunicados referentes às etapas do concurso público;
- ad) Colocar Central de Atendimento à disposição, que atenderá, auxiliará e orientará os candidatos quanto ao concurso.
- ae) Convocar para cada uma das etapas os candidatos que para tanto atenderem às condições do Edital
- af) Gravar a prova oral em áudio.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ag) Auxiliar a organização e a avaliação da etapa de títulos.

ah) Encaminhar os resultados à Comissão do Concurso, após a devida análise dos recursos interpostos, em listagens e relatórios (elaborados em Excel ou outro software a ser definido por acordo entre as partes), via mídia digital, de acordo com as especificações a seguir:

ah.1) Relação em ordem alfabética e em ordem de classificação, por critério de ingresso, com as notas de todos os candidatos e respectivas situações no concurso público;

ah.2) Relatório dos candidatos aprovados com os dados pessoais (nome, número de inscrição, endereço, telefone etc.), por critério de ingresso;

ai) Enviar os relatórios e listagens à Comissão de Concurso, no prazo máximo de 15 dias, após o resultado final.

aj) Manter sigilo nos assuntos relacionados ao concurso, responsabilizando-se pela divulgação, direta ou indireta, por quaisquer meios, de quaisquer informações que comprometam sua realização.

ak) Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, durante o período de vigência do contrato.

al) Responder por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular do contrato, arcando com as despesas de serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções durante ou após sua prestação.

am) Responder por quaisquer ônus, despesas e obrigações, de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária e os demais custos diretos e indiretos, assim como por encargos relativos à alimentação, transporte e outros benefícios de qualquer natureza, em relação ao pessoal que venha a ser contratado para a execução de serviços incluídos no objeto do contrato.

an) Solicitar prévia e expressa aprovação do TJCE quanto aos procedimentos a serem adotados em todas as etapas do concurso público.

ao) Responsabilizar-se por qualquer fato ou ação que leve a anulação do concurso público, arcando com os ônus dele decorrentes, no caso de culpa ou dolo.

ap) Submeter à apreciação da Comissão de Concurso, em até 20 (vinte) dias após a aprovação do cronograma definitivo e o planejamento discriminado de todos os procedimentos a serem adotados relativamente a:

ap.1) Cadastramento dos candidatos, seleção dos profissionais que comporão a equipe de apoio à banca examinadora, critérios para elaboração de conteúdos e questões das provas;

ap.2) Confecção dos cadernos de provas e folhas de resposta, reprodução do material, logística de aplicação das provas;

ap.3) Ações de segurança a serem empregadas para a identificação dos candidatos e para a elaboração, aplicação e avaliação das provas; e

ap.4) Divulgação dos resultados das provas, do processamento e apreciação dos recursos e dos serviços de informação e apoio aos candidatos.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

aq) Apresentar previamente à Comissão de Concurso minuta do Edital de Abertura de Inscrições e seu extrato (aviso de abertura das inscrições), bem como todos os avisos pertinentes ao concurso público para publicação na *internet* e no Diário de Justiça.

ar) Promover a divulgação do concurso em diferentes mídias, conforme plano de mídia proposto pelo CONTRATADO e aprovado pela Comissão do Concurso.

as) Os informes publicados na imprensa e demais mídias deverão especificar que se trata de concurso para preenchimento das serventias vagas, contendo o período e o valor das inscrições e o *link* para acesso ao Edital de Abertura de Inscrições e para a realização das inscrições.

at) Observar o intervalo de tempo entre a publicação do Edital de Abertura e o início das inscrições, de acordo com as regras da Resolução 81 do Conselho Nacional de Justiça.

au) Elaborar, imprimir e distribuir cartazes para divulgação do concurso.

av) Obedecer rigorosamente ao cronograma aprovado pela Comissão de Concurso.

aw) Manter em sítio próprio todas as informações relativas ao concurso público, disponibilizando o Edital de Abertura de Inscrições, cronograma, conteúdo programático e outras informações de interesse dos candidatos.

ax) Prestar atendimento a candidatos ou a terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas) no esclarecimento de dúvidas quanto ao regulamento do concurso, disponibilizando recursos humanos, linha telefônica, correio eletrônico (*e-mail*), fac-símile, *internet*, correspondência e outros, a partir da publicação do Edital de Abertura das Inscrições.

ay) Disponibilizar formulários eletrônicos para a realização das inscrições e registro de eventuais recursos.

az) Receber, analisar e divulgar, na *internet*, os resultados dos requerimentos mencionados no item anterior.

ba) Dedicar-se exclusivamente, no dia da aplicação das provas, ao concurso de que trata este Termo de Referência, não contratando a realização de qualquer outro evento, com instituição pública ou privada, para a mesma data, exceto se expressamente autorizado pelo TJCE.

bb) Dispensar o recolhimento do valor da inscrição ao candidato que tenha deferido o requerimento de isenção de pagamento respectivo, nos termos do Edital.

bc) Verificar o correto preenchimento das informações dos formulários de inscrições.

bd) Apresentar relação preliminar das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas, com as devidas justificativas, dando publicidade a estas últimas.

be) Apreciar e julgar os recursos interpostos contra o indeferimento das inscrições e das condições especiais de prova, divulgando as respectivas justificativas.

bf) Montar o cadastro oficial de candidatos inscritos, bem como a relação oficial de inscrições indeferidas.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

bg) Disponibilizar aos candidatos cujas inscrições foram deferidas, no endereço específico do concurso na *internet*, aviso de confirmação do deferimento, número da inscrição, bem como local, data e horário da realização das provas.

bh) Entregar à Comissão de Concurso o relatório das inscrições do concurso público, até 15 (quinze) dias antes da data fixada para realização das provas.

bi) Produzir as provas de forma clara e concisa.

bj) Elaborar 4 (quatro) tipos diferentes da prova objetiva de seleção com igual conteúdo, mas diferente apresentação (ordem de questão e/ou alternativas).

bk) Reproduzir os cadernos de prova de modo a garantir a qualidade de impressão e a legibilidade do conteúdo, em quantidade suficiente às necessidades do concurso público.

bl) Utilizar cartões-resposta passíveis de leitura óptica.

bm) Disponibilizar condição especial de prova aos candidatos que a requererem e tiverem-na deferida, nos termos do Edital.

bn) Submeter os locais de prova à Comissão de Concurso, para aprovação quanto aos aspectos de localização e facilidade de acesso.

bo) Zelar pelas condições de segurança e pela integridade física dos candidatos nos locais e durante a realização das provas.

bp) Divulgar os gabaritos das provas em seu sítio eletrônico, com prazo para recursos, conforme previsto no Edital de Abertura de Inscrições e na Resolução nº 81 do Conselho Nacional de Justiça, a as decisões sobre os mesmos.

bq) Divulgar os resultados em seu site, após a correção das questões discursivas, com prazo para recurso, conforme previsto no Edital de Abertura de Inscrições e Resolução nº 81 do Conselho Nacional de Justiça.

br) Selecionar e capacitar fiscais e pessoal de apoio que atuarão na aplicação das provas, com treinamento específico para realizar a identificação dos candidatos.

bs) Aplicar as provas no município de Fortaleza/CE, segundo o cronograma e a duração definidos, realizando em horários diferentes as provas para cada critério de ingresso, tendo em vista que o candidato pode se inscrever para ambos os critérios de ingresso, por provimento originário e remoção, conforme a Resolução nº 81 do Conselho Nacional de Justiça.

bt) Avaliar as provas objetivas por processamento eletrônico dos cartões de resposta preenchidos pelos candidatos.

bu) Fornecer à Comissão do Concurso os gabaritos de respostas, bem como exemplares das provas, 48 (quarenta e oito) horas logo após o término da aplicação.

bv) Utilizar detectores de metais nos locais de realização das provas.

bw) Fornecer à Comissão de Concurso, em meio magnético compatível com a plataforma *Windows*, em 2 (duas) vias, estatística dos inscritos, presentes, ausentes e habilitados, bem como a listagem dos



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

candidatos aprovados no concurso, conforme dispuser o Edital, em ordem de classificação, para fins de homologação e publicação do resultado final;

bx Conservar os cartões de respostas e exemplares dos cadernos de questões, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da homologação do concurso público.

by) Manter sigilo nos assuntos relacionados ao concurso, responsabilizando-se pela divulgação, direta ou indireta, por quaisquer meios, de quaisquer informações que comprometam a sua realização.

bz) Apresentar à Comissão do Concurso as listas de classificação final do certame, segundo cada critério de ingresso (REMOÇÃO ou PROVIMENTO).

Cláusula Quarta – Dos Recursos Humanos e Tecnológicos a serem aplicados

4.1 O CONTRATADO deverá dispor dos seguintes recursos tecnológicos, no local de impressão do material do concurso público:

a) sistema de CFTV com modo de gravação digital específico dedicado a operação de execução dos serviços de impressão por todo o período do processo, sendo preservados os HDs durante 12 (doze) meses;

b) sistema de *backup* (cópias de segurança) de todo o banco de imagens geradas pelo sistema de CFTV dedicado na execução dos serviços de impressão do material a ser utilizado no concurso público.

4.2 Fica a cargo e responsabilidade exclusiva do CONTRATADO o procedimento de pré-impressão e aprovação das provas impressas, em parque gráfico próprio.

4.3 Devem estar concentradas em espaços físicos segregados, com proteção integral de acesso, as máquinas de impressão e demais equipamentos a serem utilizados para a impressão e acabamento dos cadernos de provas e demais materiais administrativos, bem como a área reservada a montagem das encomendas (pacotes, malotes, etc.).

4.4 Deve ser limitada a visualização do conteúdo das provas, mesmo que parcialmente, com exclusividade aos operadores de equipamentos, desde que isso seja indispensável à impressão das provas.

4.5 Deve ser segregado, lacrado e mantido sob guarda em local monitorado, até a realização das provas, quando então poderá ser tratado como rejeito de produção, todo o material descartado durante o processo de acerto dos equipamentos e impressores, refis, grampeamento, ajustes de qualidade e acabamento.

4.6 Os funcionários responsáveis pela produção/impressão, manuseio, separação e envelopamento do material gráfico do concurso público devem adotar uniforme diferenciado, sem bolsos ou compartimentos que possibilitem a guarda de objetos.

4.7 Os cadernos de provas deverão ser lacrados e acondicionados em envelopes de plástico opaco, com lacre inviolável e etiqueta de segurança com numeração sequencial, selados com dispositivo próprio (aba autocolante), de forma a não permitir abertura involuntária, sem danificar a embalagem, e guardados em ambiente seguro da instituição, com antecedência máxima de 5 (cinco) dias da aplicação das provas.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

4.8 Os envelopes de que trata o item anterior deverão ser identificados com etiquetas autoadesivas, contendo as informações das quantidades de cadernos de provas, tipo de prova, sala, endereço de destino, cidade, CEP etc.

4.9 O material de aplicação das provas deverá estar acondicionado em malotes de lona inviolável, devidamente lacrados e com cadeados, para o transporte aos locais das provas, devendo os envelopes com as provas serem abertos na presença dos candidatos, mediante termo de abertura, no momento da aplicação, e contar com a assinatura de dois candidatos/testemunhas voluntários.

4.10 O CONTRATADO deve garantir a segurança no transporte dos malotes até o local de aplicação das provas.

4.11 Deve ser proibido, nas salas em que serão aplicadas as provas, o acesso de candidatos portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, a exemplo de máquinas calculadoras e agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, 'Pager', I-Pod, gravador ou qualquer outro receptor de mensagens.

4.12 O CONTRATADO deve dispor de todos os meios necessários para assegurar absoluto sigilo e segurança em todas as etapas do concurso público, desde a elaboração das questões de provas até a homologação dos resultados finais do concurso.

4.13 O CONTRATADO deve selecionar e treinar profissionais em número suficiente que garanta o atendimento aos candidatos, em cada etapa do certame.

4.14 O CONTRATADO deve selecionar e capacitar os fiscais, que atuarão na aplicação dos instrumentos de avaliação, inclusive com treinamento específico para proceder a identificação dos candidatos.

4.15 O TJCE se reserva o direito de exigir a comprovação do treinamento do pessoal que participará do certame ou acompanhar a sua realização.

4.16 O CONTRATADO deve dispor de Assessoria Técnica, Jurídica e Linguística em todas as etapas do concurso, para fins de elaboração de editais, comunicados, instruções aos candidatos, análise de recursos e ações judiciais relativas ao indeferimento de inscrição, ao indeferimento do requerimento para concorrer a vaga reservada a portador de necessidades especiais e ao indeferimento da solicitação de condições especiais de prova; às questões das provas e gabaritos das questões e aos resultados do certame.

Cláusula Quinta – Dos Recursos

5.1 O CONTRATADO deve dispor de profissionais habilitados para receber, analisar e responder aos eventuais recursos administrativos e às ações judiciais interpostas por candidatos ou por terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas) referentes ao concurso.

5.2 A interposição dos pedidos de revisão dar-se-á por meio de formulário próprio, nos termos do Edital.

5.3 Será admitido pedido de revisão, previsto no Edital do Concurso:

- a) do indeferimento do pedido de inscrição;
- b) do indeferimento do pedido de isenção de taxa de inscrição;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

c) do indeferimento do requerimento para concorrer a vaga reservada a portador de necessidades especiais;

d) do indeferimento da solicitação de condições especiais de prova;

e) contra o gabarito da prova de seleção;

f) contra o conteúdo das questões e os gabaritos oficiais preliminares;

g) contra a pontuação por títulos;

h) quanto ao resultado final classificatório do certame.

i) das decisões da Comissão do Concurso.

Cláusula Sexta – Do Valor

6.1 O valor unitário da taxa de inscrição é de R\$ 200,00 (duzentos reais) por candidato, prevendo-se a cobertura pelo CONTRATADO dos custos da isenção de pagamento da taxa de inscrição para servidor público estadual, nos termos da Lei Estadual nº 11.551, de 18 de maio de 1989 e para candidato doador de sangue, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual nº 12.559, de 29.12.1995, que comprovar no mínimo de 2 (duas) doações num período de um ano, realizados num prazo de 12 (doze) meses de corridos da última doação.

6.2 O valor unitário da taxa de inscrição a ser recebido pelo IESES será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

6.3 Pela prestação dos serviços ora contratados, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará pagará ao IESES a importância adicional de R\$ 597.800,00 (quinhentos e noventa e sete mil e oitocentos reais), se o total de candidatos inscritos não exceder 1.500 (um mil e quinhentos), acrescido da quantia de R\$ 97.350,00 (noventa e sete mil e trezentos e cinquenta reais), se o número de candidatos inscritos exceder 1.500 (um mil quinhentos) e não ultrapassar 2000 (dois mil) e, ainda, o acréscimo de R\$ 64.780,00 (sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais), se o número de inscritos for superior a 2.000 (dois mil).

6.4 O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará deduzirá do valor complementar a ser pago ao IESES a quantia de R\$ 40,00 (quarenta reais) por cada candidato pagante que exceder a 1.500 (um mil e quinhentos) inscritos como tal.

6.5 O pagamento será realizado de acordo com o cronograma a seguir:

Etapas de Execução do Objeto	% do Valor Complementar Devido
Dez dias após o encerramento do período de inscrições com a apresentação do Relatório Final de sua realização.	40%
Dez dias após a disponibilização aos candidatos dos Resultados das Provas	20%



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Escritas e Práticas	
Dez dias após a disponibilização aos candidatos dos Resultados das Provas Orais	20%
Dez dias após a disponibilização aos candidatos dos Resultados das Avaliações dos Títulos e divulgação das classificações finais do certame	20%

6.6. O **CONTRATADO** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE**, após a conclusão da etapa correspondente a cada parcela de pagamento, a Nota Fiscal/Fatura acompanhada do documento de arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN, de sua sede, por não estar enquadrado nas exceções dos incisos I a XXII do art. 3º, I da LC 116/2003. Caso não seja encaminhado este documento, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção deste imposto, nos termos da legislação de Fortaleza (CE).

6.7. Além dos documentos previstos no item 6.6, o **CONTRATADO** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE**, certidões negativas de âmbito federal, estadual e municipal, FGTS e trabalhista.

6.8. O pagamento ao **CONTRATADO** será efetuado por crédito em seguinte conta corrente, em seu nome:

- 136-8 CONFED NAC DE COOP CENTRAIS UNICRED
- Agência 1101-0
- Conta 118526-8

Cláusula Sétima – Dos Encargos

7.1 Todas as despesas decorrentes da organização e realização do Concurso Público correrão por conta do **CONTRATADO**, inclusive o transporte das provas ao respectivo local de aplicação.

Parágrafo Primeiro - O **CONTRATADO** fica autorizado a cobrar e receber dos candidatos o valor de inscrição, como indenização dos gastos que incorrer.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo o cancelamento do concurso pelo **CONTRATANTE**, antes do início das inscrições não motivado pelo **CONTRATADO**, caberá ao **CONTRATANTE** ressarcir-lo do valor das despesas devidamente comprovadas que tenha efetuado até a comunicação da decisão de cancelamento.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo o cancelamento do concurso, no todo ou em parte, pelo **CONTRATANTE**, após realização das inscrições, não motivado pelo **CONTRATADO**, esse deverá efetivar a devolução do valor das inscrições aos candidatos, cabendo ao **CONTRATANTE** ressarcir-lo do valor das despesas devidamente comprovadas em que tenha incorrido até a comunicação da decisão de cancelamento e daquelas que vier a realizar com o processo de devolução.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Parágrafo Quarto – Na hipótese do parágrafo anterior, a devolução dos valores de inscrição aos candidatos deverá ser iniciada até o 5º (quinto) dia útil após o efetivo pagamento pelo CONTRATANTE do valor referente ao ressarcimento das despesas efetuadas pelo CONTRATADO.

Parágrafo Quinto – Se o cancelamento ocorrer por culpa do CONTRATADO, esse deverá iniciar a devolução das taxas de inscrição até o 5º (quinto) dia útil após a decisão de cancelamento pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto – No caso de anulação de prova ou de resultado do concurso motivada por ato do CONTRATADO ou por força de ação judicial por ele ajuizada, ficará o CONTRATADO obrigado a aplicar nova prova e apurar o resultado, arcando com o ônus e encargos decorrentes da execução desses serviços.

Cláusula Oitava – Das Responsabilidades

8.1 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO eventual quebra de sigilo decorrente de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou banca examinadora por ele constituídos, salvo hipótese de caso fortuito ou força maior.

Parágrafo Único – O CONTRATADO responsabiliza-se perante terceiros, em especial os candidatos inscritos, por prejuízos advindos do descumprimento de qualquer das atividades ou obrigações decorrentes deste Contrato.

Cláusula Nona – Dos Recursos

9.1 Os recursos contra o gabarito e o conteúdo das questões da prova objetiva de seleção, a serem interpostos no prazo de 02 (dois) dias, serão apreciados pela Comissão.

Parágrafo Único – Os recursos contra indeferimento do pedido de inscrição e exclusão do candidato e os recursos contra a classificação na prova oral poderão ser interpostos nos prazos de 05 (cinco) e 03 (três) dias, respectivamente.

Cláusula Décima – Do Edital

10.1 O Edital do Concurso passa a integrar o presente Contrato, independentemente de transcrição, a partir da publicação no Diário da Justiça do Estado do Ceará.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização

11.1 O CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto do presente contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa do CONTRATADO.

Parágrafo Primeiro – As comunicações da CONTRATANTE referentes à fiscalização serão efetuadas por escrito, sob a forma de instruções, ordens e reclamações.

Cláusula Décima Segunda – Da Vigência

12.1 A vigência do presente contrato tem início na data de sua assinatura e término na data de aprovação do Relatório Final pelo CONTRATANTE, a ser apresentado pelo CONTRATADO em até 30 (trinta) dias após a conclusão da última atividade prevista no Edital.

Parágrafo Único – Após a entrega do Relatório Final, o CONTRATANTE terá 30 (trinta) dias para apreciá-lo.

Cláusula Décima Terceira – Da Alteração

13.1 Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente, pelo CONTRATANTE ou por acordo entre as partes, nos termos ao artigo 65 da Lei 8.666/93, observadas as disposições dos seus §§ 1º ao 8º.

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

14.1 Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados, são aplicáveis ao CONTRATADO as seguintes penalidades:

a. multa de 1,0% (um por cento) do valor total arrecadado no concurso, por dia de atraso na entrega do resultado final do concurso;

b. multa de 2,0% (dois por cento) do valor global do contrato, pela rescisão contratual por iniciativa do CONTRATADO, sem justo motivo.

Parágrafo Único – O montante de multas aplicadas ao CONTRATADO não poderá ultrapassar a 5,0% (cinco por cento) do valor global do contrato.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

15.1 A rescisão do presente Contrato poderá ocorrer:

- a. por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei nº 9.648/98;
- b. por inexecução total ou parcial;
- c. por acordo entre as partes, mediante manifestação escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, por conveniência da administração;

Parágrafo Primeiro – Constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e Lei nº 9.648/98.

Parágrafo Segundo – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e Lei nº 9.648/98, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, esta será ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

Parágrafo Terceiro – A rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e Lei nº 9.648/98.

Parágrafo Quarto – Sem prejuízo de sanções aplicáveis, a rescisão importará, a critério do **CONTRATANTE**, em:

- a. suspensão do direito de licitar com o **CONTRATANTE** e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- b. declaração de inidoneidade, quando o **CONTRATADO**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé, a juízo do **CONTRATANTE**, a ser aplicada em despacho fundamentado, assegurada defesa, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

Cláusula Décima Sexta – Das Disposições Gerais

16.1 A abstenção, por parte do **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em razão deste Contrato e/ou Lei, não importará renúncia destes direitos ou faculdades, não gerando, pois, precedente invocável.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Cláusula Décima Sétima – Da Publicação

17.1 O CONTRATANTE publicará o extrato deste Contrato no Diário da Justiça do Estado do Ceará, em obediência ao disposto no artigo 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

Cláusula Décima Oitava – Do Foro

18.1 Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza(CE) para dirimir questões oriundas deste ajuste.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este Contrato, em 5 (cinco) vias, que depois de lido e achado de acordo, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza(CE), 19 de DEZEMBRO de 2017.

CONTRATANTE:


DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

CONTRATADA:


PROFESSOR GILSON LUIZ LEAL DE MEIRELES
Procurador do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul

TESTEMUNHAS:

NOME _____

NOME _____

CPF

CPF

